JUNHO/JULHO DE 2011 • ANO XXI • Nº 958 • DE 27 DE JUNHO A 3 DE JULHO DE 2011 • sintufrj.org.br • sintufrj@sintufrj.org.br

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

FASUBRA Sindical CUT

www.sintufrj.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

Foto: Emanuel Marinho

Ato e assembleia

Já são 46 universidades em greve, e, na UFRJ, a adesão à paralisação aumenta a cada dia. Nesta terça-feira, dia 28, às 10h, tem assembleia no auditório do CT. Não falte! Na quarta-feira, dia 29, às 10h, ato em defesa dos HUs, em frente ao IPPMG. Vista preto, companheiro.

Cresce a greve na UFRJ

Na terça-feira, 21, a categoria realizou a primeira manifestação pública da greve, no campus da Praia Vermelha. Ainda durante a semana, o Comando Local de Greve se reuniu com os trabalhadores de unidades para organização do movimento. Em Brasília, o Comando Nacional de Greve se reúne com o ministro da Educação e a categoria faz vigília em frente ao MEC. Andes apoia a greve dos TAEs.

Páginas 2, 3, 4, 5 e 6

DOIS PONTOS

Consuni apoia greve e desaprova qualquer retaliação a servidores

Foto: Emanuel Marinho

Em sessão extraordinária, dia 16 de junho, o Conselho Universitário da UFRJ aprovou, sem votos contrários ou abstenções, moção em que manifesta sua solidariedade ao movimento dos técnicos-administrativos em educação, em greve desde 14 de junho diante da falta de respostas concretas por parte do governo às reivindicações. Qualquer forma de retaliação aos trabalhadores é desaprovada pelo Consuni.

Moção de apoio

O Conselho Universitário, reunido em sessão extraordinária no dia 16 de junho de 2011, manifesta sua solidariedade ao movimento dos trabalhadores técnico-administrativos em educação em greve desde o dia 14 de junho, devido à ausência de propostas concretas do governo às suas reivindicações por reajuste salarial e aos demais pontos da pauta encaminhada.

Este colegiado desaprova qualquer forma de retaliação, assédio ou intimidação que iniba o direito de todos os servidores a participarem de greves, especialmente os que se encontram em estágio probatório.

Estamos em greve por:

- 1 – Recursos orçamentários para aumento do piso salarial.
- 2 – Resolução do Vencimento Básico Complementar e reposicionamento dos aposentados.
- 3 – Resolução para a racionalização dos cargos da Carreira.
- 4 – Resolução do Anexo IV (ampliação dos percentuais de incentivo à qualificação para todas as classes) e reajuste dos benefícios.

Nossos Direitos

Exercício do Direito de Greve – servidores efetivos e em estágio probatório

A Constituição Federal de 1988 (inciso VII do artigo 37) prevê o exercício do direito de greve aos servidores públicos. É, portanto, um direito constitucional. Assim tem entendido o Superior Tribunal de Justiça ao julgar o recurso no Mandado de Segurança nº 2.677, que, em suas razões, expôs que *"o servidor público, independente da lei complementar, tem o direito público, subjetivo, constitucionalizado de declarar greve"*.

Esse direito abrange o servidor público em estágio probatório, não podendo ser penalizado pelo exercício de um direito constitucionalmente garantido. Como declarou o Supremo Tribunal Federal, ao entender que *"... a inassiduidade em decorrência de greve não poderia implicar a exoneração de servidor em estágio probatório, uma vez que essa ausência não teria como motivação a vontade consciente de não comparecer ao trabalho simplesmente por não comparecer ou por não gostar de trabalhar. Revelaria, isso sim, inassiduidade imprópria, resultante de um movimento de paralisação da categoria em busca de melhores condições de trabalho"*.

O STF editou súmula (316) reconhecendo que *"a simples adesão à greve não constitui falta grave"*. Deve-se ter por base que, tratando-se de direito fundamental do trabalhador, mesmo os servidores ainda não estáveis, submetidos ao chamado "estágio probatório", têm direito de greve nos mesmos termos dos servidores estáveis.

Não pode ser aplicada pena de demissão a tais servidores, uma vez que a pena só pode ser imposta quando o servidor comete alguma das irregularidades estabelecidas no art. 132 da Lei n° 8.112/90. Não constitui falta grave a participação em greve. É, sim, um direito legal. O que está garantido pela Constituição Federal de 1988 tanto aos trabalhadores do setor privado quanto do setor público.

Além disso, a Lei n° 7.783/89, que também se aplica aos servidores, assegura o direito de greve, considerando legítima a suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação de serviços (arts. 1° e 2°).

Vale destacar que eventual pena de demissão indevidamente imposta ao servidor só poderá ser aplicada após o regular processo administrativo (cláusula do devido processo legal), no qual seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme garante a Constituição, e os recursos a ela inerentes, sob pena de considerar-se nula de pleno direito tal penalidade.

Plantão Jurídico

ÁREA TRABALHISTA

Sede: Toda segunda-feira, das 10 às 13h
Subsede HU: Suspenso temporariamente
IFCS: Toda sexta-feira, das 10 às 13h
Agendar pelo tel.: 3852-1026
Obs.: O agendamento deverá ser feito até quinta- feira, às 16h, e avisar se já se encontra com processo em andamento.
PV: Toda última segunda- feira, do mês das 10 às 13h
Agendar pelo tel.: 2542-9143

ÁREA CÍVEL

Sede: Toda terça- feira, das 9 às 12h
15 atendimentos por ordem de chegada
Subsede HU: quinta- feira, das 9 às 12h
15 atendimentos por ordem de chegada
IFCS: Não tem
PRAIA VERMELHA: Às quartas-feiras de 15 em 15 dias, das 9 às 12h
Agendar pelo tel.: 2542-9143
15 atendimentos por ordem de chegada

Reunião de aposentados

Dia 19 de julho, terça-feira, às 10h, na subsede sindical no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho.

JORNAL DO Sintufrj
JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ
Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ
Cx Postal 68030 - Cep 21941-598 - CNPJ:42126300/0001-61

Coordenação de Comunicação Sindical: Kátia da Conceição Rodrigues, Sergio Guedes e Vânia Glória / **Conselho Editorial:** Coordenação Geral e Coordenação de Comunicação **Edição:** Regina Rocha / **Reportagem**: Ana de Angelis, Eliane Amaral e Regina Rocha / **Assistente Administrativa:** Andrea de Barros / **Projeto Gráfico:** Luís Fernando Couto / **Diagramação**: Luís Fernando Couto e Jamil Malafaia / **Ilustração:** André Amaral / **Fotografia:** Emanuel Marinho / **Revisão:** Roberto Azul / **Tiragem**: 11 mil exemplares / As matérias não assinadas deste jornal são de responsabilidade da Coordenação de Comunicação Sindical / **Correspondência:** aos cuidados da Coordenação de Comunicação. **Fax:** (21) 2260-9343. **Tels.:** (21) 2560-8615/2590-7209, ramais 214 e 215.

MOVIMENTO

Somos 46 em greve

A deflagração da greve nacional dos técnicos-administrativos em educação (TAEs), depois de mais de 15 dias de iniciada, mostra o avanço da mobilização com 46 universidades em greve.

A greve vem ganhando visibilidade com as ações do Comando Nacional em Brasília e com as atividades dos Comandos Locais nos estados. Nacionalmente, a paralisação alcança 86% de adesão da categoria, segundo avaliação do Comando Nacional de Greve (CNG-Fasubra).

Até o dia 22 de junho, na região Nordeste houve 100% de adesão, e nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste ainda não tinham aderido à greve as seguintes universidades: Universidade Federal de Rondônia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Universidade Federal de Alfenas. Na região Sul a Universidade Federal de Pelotas decidiu contra a adesão à greve, e a Universidade Federal do Rio Grande e a Universidade Federal do Pampa permaneciam sem aderir à paralisação nacional.

Comando Nacional é recebido pelo ministro da Educação

O ministro da Educação, Fernando Haddad, recebeu no dia 20 de junho o Comando Nacional de Greve da Fasubra (CNG-Fasubra). O CNG exigiu que o governo federal apresentasse uma contraproposta concreta à pauta de reivindicações, ressaltando que o mais importante é garantir aumento salarial no mínimo para 2012.

Durante a reunião houve vigília no MEC. Os TAEs fizeram pressão em frente ao Ministério com faixas, cartazes, vuvuzelas, fogos de artifício e instrumentos de percussão, tudo para mostrar a força da greve e exigir do governo contraproposta à pauta salarial.

Fotos: Fasubra

Reunião

O ministro Fernando Haddad reiterou o compromisso de mediar o impasse com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e disse que a luta dos trabalhadores técnico-administrativos em educação deverá ter retorno positivo. Ele se disse convicto que os servidores terão algum ganho, ainda para 2012, não pôde precisar em que nível as reivindicações serão atendidas.

"Às vezes a contraproposta não contempla 100%, contempla 60%, pode chegar a 70% ou 80%, como pode ser 15%", disse Haddad, para defender que o fundamental é negociar. Haddad informou ao CNG que intercederá junto ao Ministério do Planejamento para que se crie uma agenda de negociação com início, meio e fim, dentro do prazo, que garanta a inclusão no orçamento de 2012 dos recursos necessários para o resultado do acordo construído na mesa.

O ministro afirmou também que considerou a deflagração da greve uma estratégia precipitada e questionou o porquê de a categoria não ter aceitado o ofício do MEC, no qual o ministério nomeou como negociadores do governo o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva, e o secretário de Ensino Superior do MEC, Luiz Cláudio Costa.

O CNG informou que está à disposição para negociar e que se houver algum elemento novo fará a devida avaliação e a remeterá para as bases em greve. Por fim, o Comando ressaltou que o rompimento das negociações partiu do Ministério do Planejamento, ao cancelar reunião já marcada.

Andes apoia nossa greve

A greve dos TAEs vem recebendo uma série de apoios de centrais sindicais, partidos políticos, conselhos universitários e entidades da sociedade civil organizada. A mais recente foi a recebida pelo CNG-Fasubra e partiu de 25 seções sindicais do Andes – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Em sua moção, o Andes ratifica que a luta dos TAEs faz parte do processo mais amplo de defesa da universidade e da educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Moção de apoio

Nós, docentes representantes de 25 seções sindicais, reunidos no setor das IFES do ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, em Brasília, nos dias 17 e 18 de junho, manifestamos o mais intenso apoio e solidariedade à greve dos trabalhadores técnicos e administrativos das IFE, organizados na Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras (Fasubra), iniciada no dia 6 de junho deste ano.

Os trabalhadores técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino Superior encontram-se em greve reivindicando, além da pauta comum aos servidores públicos federais, os seguintes pontos específicos:

1. Apresentação de recursos orçamentários para serem alocados no piso da Tabela Salarial para 2011 ou 2012;

2. Propostas que resolvam a questão do VBC e reposicionamento de aposentados, com ampliação de direitos para 2011;

3. Avanços nas propostas que possibilitem resolução sobre a racionalização de cargos, conforme deliberação de plenária da Federação, ainda em 2011;

4. Resolução do Anexo IV, com ampliação de percentual horizontal para todas as classes;

5. Reajuste dos benefícios, a partir de 2011.

Sabedores de que esta luta faz parte do processo mais amplo de defesa da universidade e da educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, solidarizamo-nos com os companheiros da Fasubra Sindical e reafirmamos nossa disposição de luta no combate às políticas de desmonte da educação pública e precarização das condições de trabalho por parte do Governo Federal.

Brasília, 19 de junho de 2011.

UFRJ NA GREVE

Trabalhadores fazem primeiro ato de greve

Os técnicos-administrativos em educação da UFRJ tomaram na manhã de 21 de junho o campus da Praia Vermelha, Zona Sul do Rio, para mobilizar e divulgar a greve nacional da categoria deflagrada dia 6 de junho. A luta é por reajuste salarial (estão sem aumento há três anos) e correção das distorções na carreira.

No ato dentro do campus, o presidente da Associação dos Docentes da UFRJ, Luís Acosta, anunciou que os professores das universidades aprovaram paralisação no dia 5 de julho, em conjunto com os servidores públicos federais, e que pretendem construir greve para agosto. O dirigente anunciou também a realização de ato-show na Praia Vermelha.

Depois do ato com manifestações de solidariedade (bombeiros, professores, estudantes, servidores federais da educação básica e tecnológica, servidores da Uni-Rio, Central Sindical Conlutas) em frente ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, os trabalhadores saíram em passeata para ocupar a Avenida Venceslau Brás, principal via de acesso ao centro da cidade.

Com bandeiras azuis da Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras) os técnicos-administrativos da UFRJ entoaram o hino do movimento e ocuparam a via durante meia hora, a cada fechamento de sinal. Palavras de ordem e outras manifestações de solidariedade compuseram o clamor dos trabalhadores à sociedade. Os companheiros da UFF em greve também participaram do ato.

O carro de som informou à população as razões da greve, inclusive a ameaça pelo governo Dilma de privatização dos hospitais universitários. Os trabalhadores distribuíram carta à população denunciando a falta de diálogo do governo com os trabalhadores em educação e solicitando apoio ao movimento.

O secretário de Relações de Trabalho da CUT-Rio, Marcelo Azevedo, falou ao final do ato criticando a intransigência do governo Dilma ao não dialogar com os trabalhadores, denunciando também a tentativa de impôr à classe trabalhadora a responsabilidade pelo aumento da inflação.

"A greve é legítima. É um direito de todos. Inclusive estamos participando aqui deste ato com os companheiros da UFRJ, como sempre estivemos ao lado das demais categorias", disse o dirigente, que denunciou também que existe em curso um projeto do governo para terceirizar todos os serviços públicos, e esta deve ser também uma outra luta a ser levada pela classe trabalhadora.

Fotos: Emanuel Marinho

Os TAEs da UFRJ movimentaram a Praia Vermelha, no coração da Zona Sul do Rio

Nossos representantes no Comando Nacional

Antes do ato foi realizada a assembleia da categoria com informes locais e nacionais. Foram referendados os nomes de quatro companheiros para compor o Comando Nacional de Greve. São eles Iaci Azevedo, Luciano da Cunha do Nascimento, Milton Madeira e Gilson Navega.

Eles viajam nesta segunda-feira, 27 de junho, a Brasília, onde passarão 20 dias, conforme decisão do Comando Local de Greve. Os companheiros irão fazer a ponte entre o Sindicato e a Fasubra, participando das discussões nacionais e mantendo a base da UFRJ informada.

UFRJ NA GREVE

Ato em defesa dos HUs dia 29. Todos de preto

Nesta quarta-feira, 29 de junho, em frente ao Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG), às 10h, os trabalhadores da UFRJ realizam nova manifestação, desta vez em defesa dos hospitais universitários.

Esta manifestação é resultado da reunião dos funcionários do IPPMG com o Comando Local de Greve. O objetivo também é atrair usuários e comunidade universitária para divulgar a greve e denunciar a tentativa de privatização dos hospitais universitários (HUs) pelo governo Dilma.

No dia 30 de junho, quinta-feira, o Comando Local de Greve faz reunião com os funcionários do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), às 10h, no auditório Alice Rosa. Em pauta, a greve.

Foto: Emanuel Marinho

IPPMG aprova ato e panfletagem à população

A segunda reunião do Comando Local de Greve na segunda-feira, dia 20, foi no Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG). Como se trata de um hospital, os técnicos-administrativos decidiram manifestar sua adesão ao movimento através de atos e outras ações de protesto.

Nesta quarta-feira, dia 29, os trabalhadores do IPPMG realizam sua primeira atividade de greve. Vestidos de preto, eles se concentrarão, às 10h, em frente à unidade para ato conjunto com a categoria. Desde a semana passada os usuários do hospital estão sendo chamados a engrossar a manifestação, através de panfletos explicativos da paralisação.

Tarefa

"A nossa tarefa é fazer um movimento forte e com visibilidade para que o governo reabra a negociação setorial com a Fasubra e apresente uma contraproposta às nossas reivindicações. Na UFRJ a greve é de evasão e com atividades políticas. Muita gente nova (recém-concursados) está participando. Conseguimos moção do Conselho Universitário em nosso favor e o apoio do gabinete do reitor", informou na reunião a coordenadora de Organização e Política Sindical do SINTUFRJ e integrante do Comando Local de Greve, Gerly Miceli.

"Já são 46 universidades em greve, das que compõem a base da Fasubra. Na UFRJ a greve foi deflagrada com assembleia cheia, bastante representativa da categoria e as unidades estão se organizando para aderirem à paralisação. Nós (o Comando) estamos indo aos locais de trabalho dizer que esta greve não pode ser de plantão, porque a possibilidade do governo endurecer com a gente é forte. Portanto, construir a greve e inserir os HUs, respeitando as especificidades, é o grande desafio, como também garantir a visibilidade do movimento", explicou a coordenadora-geral do SINTUFRJ, Neuza Luzia.

Caravana

Jorge, técnico-administrativo do IPPMG e que esteve na caravana a Brasília, contou como foi a marcha unificada dos servidores públicos federais no dia 16. "A mobilização foi grande, com cerca de 30 entidades participando, e as pessoas demonstravam vontade de lutar."

Gerly, que é técnica de enfermagem do IPPMG, alertou a categoria para o perigo do novo projeto de lei do governo que está chegando ao Congresso Nacional. "O governo enviará ao Congresso projeto de lei assinado pelo MEC e pelo Planejamento para ser votado em caráter de urgência — 90 dias —, criando a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A (EBSERH). Tudo indica que esse projeto de lei é pior que a MP 520, que caducou no Senado".

A intenção do governo é que essa empresa administre os hospitais, e caso essa ameaça se concretize, ninguém sabe como ficará o vínculo empregatício dos atuais e futuros trabalhadores dos HUs, e como serão as relações de trabalho, porque se trata de uma empresa particular.

Trinta horas

Os trabalhadores aproveitaram a presença dos dirigentes sindicais para também esclarecer dúvidas sobre o PH (adicional por plantão hospitalar, criado para substituir as horas extras) e a implantação da jornada de 30 horas semanais, duas situações que afetam principalmente os profissionais da enfermagem.

"Quando tomamos conhecimento do projeto de lei que substituirá a MP 520, da instalação de ponto eletrônico para controle do PH, que obriga o cumprimento do plantão de 40 horas, nós, do Sindicato, entendemos ser necessário brigar pela implantação imediata das 30 horas nos hospitais universitários, embora esta jornada seja uma reivindicação histórica de toda a categoria. Mas, nesse momento, temos que priorizar os companheiros da saúde, porque eles estão no prejuízo, inclusive não podem acumular para a aposentadoria. A vitória daqui pode beneficiar todo mundo", afirmou Neuza Luzia, lamentando que as direções sindicais anteriores não tenham entendido "que essa luta era prioritária".

A sindicalista informou que na quarta-feira daquela semana o SINTUFRJ se reuniria com o reitor, e a expectativa era que, a partir desse encontro, "a entidade construísse argumentação política e jurídica para convencer a Reitoria a concordar conosco e adotar as 30 horas nos HUs". E frisou: "Para obtermos essa conquista é preciso mostrar pressão".

UFRJ NA GREVE

Letras responde com organização à provocação da direção

Os trabalhadores da Faculdade de Letras decidiram, na segunda-feira, dia 20 de junho, em reunião com o Comando Local de Greve, que somente manterão funcionando na unidade o setor que cuida da realização de concursos autorizados pelo Ministério da Educação (para docentes e técnicos-administrativos).

Um e-mail da direção da faculdade aos chefes de setores determinando os "limites" da greve da categoria revoltou os trabalhadores, que responderam à provocação chamando o Comando Local de Greve para uma reunião na própria unidade. A decisão dos trabalhadores será comunicada à diretora da Letras por ofício enviado pelo Comando.

Fotos: Emanuel Marinho

OS TRABALHADORES da Faculdade de Letras chamam o Comando Local para organizar a greve na unidade

Organização

"A realidade específica de cada unidade quem conhece são os trabalhadores, então, são eles que dizem como vão se organizar. O que não podemos é aceitar instalar greve de plantão. A greve é de evasão para ter repercussão. O governo endureceu com a gente ao suspender a mesa de negociação, embora na prática já não existisse. Se somos atacados, temos que contra-atacar", afirmou Neuza Luzia, coordenadora-geral do SINTUFRJ e integrante do Comando Local de Greve. Também participou da reunião Fábio Marinho, da Escola de Serviço Social e do Comando.

Mais uma vez o SINTUFRJ e o Comando reafirmaram o direito de greve dos trabalhadores em estágio probatório. A Constituição de 1988 garante esse direito a todos os servidores e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) o confirmou. (ler matéria específica na Coluna Nossos Direitos, página 2). Neuza informou na reunião que o Sindicato cobrou da Pró-Reitoria de Pessoal um posicionamento público sobre essa questão e que o futuro pró-reitor de Pessoal e atual superintendente de Pessoal, Roberto Gambine, disse que a UFRJ irá seguir o que a lei determina.

A recomendação é que os técnicos-administrativos de todas as unidades sigam o exemplo dos profissionais da Faculdade de Letras: denunciem ao Comando Local de Greve qualquer tentativa de intimidação ao movimento por parte das direções e chefias. Porque quem irá cuidar do problema são os integrantes do Comando. Como também a categoria deve sempre se lembrar que o Conselho Universitário aprovou moção de apoio ao movimento grevista em curso.

Essencialidade

O que ajudou os trabalhadores da Letras a se decidirem pela greve de evasão foi chegarem a um acordo sobre o que é importante e o que é essencial. Foi um debate caloroso, mas ao final concluíram que não há essencialidade no trabalho realizado nas unidades acadêmicas. No entanto, consideraram o processo aberto para realização de concursos (inscrições etc.) uma exceção, pois se os prazos não são cumpridos o edital perde validade, o que prejudicaria a população e a instituição. E isso não poderia ser permitido. Afinal, a greve também é pela realização de mais concursos públicos para as universidades federais.

A decisão da categoria na Letras será levada por meio de ofício do Comando Local de Greve à direção da faculdade, e também será respaldada pela assembleia geral.

Até a vitória

As razões da greve foram repassadas mais de uma vez aos trabalhadores por Neuza Luzia e Fábio Marinho. Como também foi explicado por que é fundamental a participação deles nas assembleias, atos e manifestações. Duas pessoas foram indicadas para participar do Comando Local de Greve, que se reúne três vezes por semana, na subsede sindical no HU. "Não temos a menor garantia de que vamos vencer. A nossa única certeza é que vamos lutar, porque tudo o que conquistamos até hoje foi com luta", lembrou Neuza.

CALENDÁRIO DE LUTAS

JUNHO

27 – segunda-feira, às 14h, na subsede do HU – Reunião do Comando
27 – segunda-feira, às 14h, no auditório Henrique Roxo - IPUB
28 – terça-feira, às 10h, auditório do CT – Assembleia Geral (após, arrastão nas unidades)
29 – quarta-feira, às 10h, em frente ao IPPMG – Ato dos hospitais da UFRJ
29 – quarta-feira, às 14h, na subsede sindical do HU – Reunião do Comando Local de Greve
30 – quinta-feira, às 10h, auditório Alice Rosa no HUCFF – Reunião dos funcionários do HU com Comando Local de Greve. Pauta: Greve
30 – quinta-feira, às 10h, local a confirmar – Assembleia Geral
30 – quinta-feira, às 19h, na Praia Vermelha – Ato-show com Monarco (unificado com a Adufrj)

JULHO

1º – sexta-feira, às 14h, subsede do HU – Reunião do Comando Local de Greve
5 – terça-feira, ato unificado dos SPF - local a confirmar
6 – quinta-feira, às 16h, ato da CUT em defesa do serviço público, na Candelária.

Atividades do Campus Macaé

27/6 – Mobilização para divulgação (panfletagem) da pauta de greve para toda a comunidade do Campus Macaé
11h – No Polo Universitário
17h – Tanto no Polo Barreto quanto no Polo Universitário
30/6 – Reunião geral, a partir das 13h, com a presença do SINTUFRJ

Para aqueles que estiverem no Rio de Janeiro é importante a participação nas atividades do Comando de Greve como foi na assembleia-ato no campus da Praia Vermelha, mas é fundamental a presença de todos nas atividades que serão realizadas no campus Macaé.

COMANDO LOCAL DE GREVE

TRABALHADORES EM LUTA

Dia Nacional de Mobilização: 6 de julho

O SINTUFRJ convoca todos os TAEs para a caminhada na Rio Branco que marcará esse dia de luta

A CUT com o MST, a Central de Movimentos Populares, a Marcha Mundial das Mulheres, entre outras entidades, conclamam todos os trabalhadores brasileiros a participar do Dia Nacional de Mobilização: 6 de julho. A luta é em defesa da alimentação, da educação, do trabalho e do sindicalismo.

Em todos os estados os trabalhadores vão às ruas com suas bandeiras, faixas e palavras de ordem, em defesa destas bandeiras de luta. No Rio de Janeiro, a CUT-RJ organizou uma caminhada pela Avenida Rio Branco, com concentração às 16h, na Candelária. E os trabalhadores da UFRJ, sob a liderança do SINTUFRJ, se unirão às outras categorias nesta jornada.

"A CUT quer mostrar para o governo que estamos dispostos a lutar por salários reais e pelos direitos dos trabalhadores. Este é o primeiro ato da jornada nacional de lutas da Central. No segundo semestre iremos intensificar a mobilização", afirmou o presidente da CUT-RJ, Darby Igayara.

Trabalho e sindicalismo – Vamos lutar pela redução da jornada para 40 horas semanais sem redução de salário, por liberdade e autonomia sindical, pelo fim do Imposto Sindical e pela implantação da Contribuição Negocial, aprovada em assembleia soberana dos trabalhadores, pelo combate às práticas antissindicais e pelo fim do Fator Previdenciário. Vamos também combater a precarização e a terceirização.

Foto: CUT

Educação – Defendemos a ampliação da educação no campo, o Plano Nacional de Educação, a destinação de 10% do PIB brasileiro para a educação, e a qualificação profissional permanente para nossos docentes.

Alimentação – Os trabalhadores cutistas defendem a reforma agrária, o fim da concentração de terras, a PEC do Trabalho Escravo e comida mais barata na mesa de todos os brasileiros. Vamos lutar contra os agrotóxicos e contra o modelo agrário atual – queremos a ampliação dos recursos para a agricultura familiar, que é responsável por 70% dos alimentos que chegam às mesas dos brasileiros. Para nós, o agronegócio tem um financiamento desproporcional à quantidade de alimentos que produz e precisamos reverter este quadro.

Greve continua na rede estadual de educação

Baixos salários e más condições de trabalho levaram os profissionais de educação a entrar em greve. O movimento já dura quase um mês.

Atualmente, o piso do professor é R$ 610,38 e o do funcionário R$ 433,00.

Na quarta-feira, dia 22, pela manhã, os profissionais de educação da Baixada Fluminense botaram o bloco na rua. Cerca de 50 carros percorreram os municípios da região. Através de panfletos distribuídos à população e de um carro de som, a categoria divulgou os motivos da greve e denunciou a recusa do governo Cabral em negociar.

Reivindicações

Os trabalhadores reivindicam reajuste emergencial de 26%; incorporação imediata da totalidade da gratificação do Nova Escola; reformas urgentes nas escolas; regulamentação dos animadores culturais; descongelamento do plano de carreira dos funcionários; eleição de diretores; concurso público para professor e funcionário; paridade para os aposentados; e revitalização do Iaserj.

HU: categoria quer laudo da Defesa Civil

Os trabalhadores do Centro Cirúrgico do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF) continuam intranquilos com relação à segurança física oferecida pelo prédio. Na quinta-feira passada eles denunciaram novas dilatações nas ligações entre os blocos de concreto e fissuras nas paredes. A direção do SINTUFRJ foi chamada e permaneceu no local quase o dia inteiro.

A categoria não está confiante no laudo dos engenheiros da Coppe, que foram chamados às pressas pelo hospital para realizar vistoria no prédio. Eles reivindicam a presença no local da Defesa Civil. O SINTUFRJ está em contato com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea-RJ) para um outro parecer técnico das condições da construção.

Outra iniciativa do Sindicato foi comunicar o fato ao Conselho Regional de Enfermagem (Coren-RJ), principalmente em função dos riscos de contaminação aos pacientes. De acordo com alerta de especialistas, as fendas e fissuras permitem a entrada de ar contaminado no local e é grande o risco de infecção.

Por dia, circulam no Centro Cirúrgico, que fica no 12º andar do prédio, umas 100 pessoas, entre cirurgiões, anestesistas, enfermeiros, técnicos de enfermagem e instrumentadores cirúrgicos, além da presença dos pacientes. O setor não conta com rota de fuga e fica num extremo do prédio, distante da escada. O prédio, em função da implosão da perna-seca, não conta mais com saídas de incêndio.

Na segunda-feira passada, conforme estava previsto, dirigentes do SINTUFRJ foram conversar com os trabalhadores do Centro Cirúrgico e reafirmaram que estão tomando providências para que o Crea faça nova vistoria no prédio – a pedido também do Sindicato, o Conselho emitiu parecer técnico antes da implosão da perna-seca —, e o Coren constate se há ou não perigo de contaminação aos doentes. Apesar de apreensivas as equipes continuam trabalhando normalmente.

Foto: Emanuel Marinho

TRABALHADORES do Centro Cirúrgico se reúnem com o SINTUFRJ

Brasil terá que rever sua política para idosos

Cidades brasileiras precisam oferecer residências para idosos: públicas e privadas

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) fez uma pesquisa em todas as regiões brasileiras, de 2007 a 2010, para saber como anda a infraestrutura nas grandes e médias cidades para atendimento dos idosos. O trabalho foi financiado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Aumento de idosos

Desde 1970, a sociedade brasileira assiste à queda acelerada da fecundidade e da mortalidade nas cidades desenvolvidas, e às mudanças no padrão de nupcialidade (número proporcional de casamentos num país) e na configuração dos arranjos familiares. Isso ocorre paralelamente ao aumento generalizado da escolaridade feminina, à inserção maciça das mulheres no mercado de trabalho e às modificações no sistema de valores. Segundo o estudo, essas modificações podem enfraquecer os laços de solidariedade intergeracionais, e já estão resultando em transformações nas formas de cuidado à população idosa, o que tem implicações na forma de residência.

As perspectivas futuras são de crescimento, a taxas elevadas, da população idosa e "muito idosa" e redução contínua da mortalidade nas idades avançadas. E a tendência é aumentar o número de idosos com fragilidades físicas e/ou mentais. Além disso, esse contingente será composto por mulheres com um perfil diferenciado das atuais idosas. Serão mais esclarecidas, mais engajadas no mercado de trabalho e com menos filhos, características compatíveis com o fato de fazerem parte do grupo que participou da revolução sexual e familiar iniciada em meados da década de 1960. Em síntese, espera-se que aumente o número de idosos demandantes de cuidados e que a oferta de cuidadores familiares se reduza.

Os responsáveis

E quem, então, oferecerá cuidados a esses idosos? A família ou instituições? A legislação brasileira estabelece que a família é a principal responsável pelo cuidado do idoso, conforme está expresso na Constituição de 1988 e foi reforçado na Política Nacional do Idoso de 1994 e no Estatuto do Idoso de 2003. De acordo com o Ipea, essa legislação é resultado dos valores e dos preconceitos dominantes quanto ao cuidado institucional, e o reforça. Uma das consequências é a baixa oferta de instituições de residência para idosos; como é baixo, também, o número de residentes. De fato, a residência em instituições de longa permanência para idosos (ILPIs) não é uma prática comum nos países do hemisfério sul. Historicamente, tem sido vistas com resistência e preconceito, tradicionalmente como "depósito de idosos", lugar de exclusão, dominação e isolamento, ou, simplesmente, "um lugar para morrer".

Mas, por todas as razões já levantadas, os pesquisadores apontam que a demanda por essa modalidade de cuidados tende a crescer e que o Estado e o mercado privado devem se preparar para atendê-la. Essa é uma modalidade que implica residência, a qual, por sua vez, atende tanto idosos independentes em situação de carência de renda e/ou, de família, como aqueles com dificuldades para o desempenho das atividades diárias, ou, seja, que necessitem de cuidados prolongados. Assume-se também que esta deve fazer parte da infraestrutura básica das grandes cidades e das de porte médio.

As instituições

Segundo o estudo, as instituições brasileiras vivem principalmente do recurso aportado pelos residentes e/ou familiares, mesmo as filantrópicas que recebem financiamento público. Neste caso, esse aporte é chamado de contribuição. O Estatuto do Idoso estabelece que esta pode alcançar até 70% do valor de benefício do idoso. Já as instituições privadas cobram uma mensalidade, cujo valor é estipulado levando em conta as regras do mercado. Considerando o conjunto das instituições, aproximadamente 57% das receitas são oriunda de contribuição ou de mensalidade dos residentes e, ou familiares. A segunda proporção mais elevada é composta pelo financiamento público – federal, estadual ou municipal –, em torno de 20%. Considerando-se esta informação desagregada pela natureza jurídica, observa-se que nas instituições filantrópicas a participação da renda do idoso e/ou dos familiares é também elevada (46,6%) e a contribuição do setor público é de aproximadamente 22% de suas receitas. As instituições, em geral, contam também com recursos próprios, que compõem 12,6% do total das receitas.

Como se pode observar, a contribuição do financiamento público não é muito expressiva. Ela aparece, também, na forma de parcerias, o que é feito com o setor privado. Neste caso estão incluídos o Sistema S, as associações religiosas e as universidades. Já no setor público, elas se expressam, entre outras formas, pelo fornecimento de medicamentos e de serviços médicos. Já com as universidades, sob a forma de estágio supervisionado.

Conclusões

O estudo conclui que a mulher de hoje pode ter mais recurso para pagar pelo cuidado de seus membros dependentes, mas com certeza terá menos tempo para despender com este cuidado. O que significa que o setor público e o mercado privado terão de dividir com a família a responsabilidade de cuidar do idoso dependente.

No quadro das políticas brasileiras, as instituições de longa permanência para idosos, embora poucas, têm sido as mais importantes. Essas instituições podem não ser muito consideradas por estarem muito associadas às ações da caridade cristã.

Os pesquisadores sugerem que alternativas intermediárias de cuidados também deveriam ser consideradas nas políticas públicas. Isso significa a criação de uma rede de assistência, formada por centros de convivência, centros dias, atendimento domiciliar, apoio para o cuidador familiar, em suma, de outras formas de atenção que promovam a integração do idoso na família e na sociedade.

No entanto, cada uma dessas modalidades vai atender às necessidades diferenciadas e não vão eliminar totalmente a demanda por instituições residenciais. Sempre vão existir idosos totalmente dependentes, com carência de renda, que não constituíram família ou vivem uma situação familiar conflituosa, ou seja, que precisarão de um abrigo e de cuidados não familiares. O pertencimento a uma instituição pode representar uma alternativa de amparo, proteção e segurança. Portanto, é importante que, entre outros fatores, haja uma mudança de percepção com relação a residência em instituições e que as instituições de longa permanência para idosos sejam parte da infraestrutura básica de qualquer cidade.